

POLÍTICAS PÚBLICAS NO CONTEXTO DO DESENVOLVIMENTO RURAL SUSTENTÁVEL NA GUINÉ-BISSAU

Mamadi Quelunta Indjai¹
Maria Hieda Pagliosa Corona²
Giovanna Pezarico³

Área de conhecimento: Ciências Econômicas

Eixo Temático: Crescimento e Desenvolvimento Econômico

RESUMO

O presente artigo tem por objetivo apresentar e discutir os elementos constantes de projeto de dissertação em desenvolvimento junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. O estudo está vinculado ao Programa PEC-PG, convênio celebrado entre Brasil e Guiné-Bissau que promove a participação de acadêmicos oriundos da África em cursos brasileiros. A presente dissertação tem como temática políticas públicas e estratégias para o desenvolvimento sustentável da Guiné-Bissau. Um dos centrais deste estudo, refere-se ao desenvolvimento sustentável. Em termos metodológicos o estudo configura-se como pesquisa exploratória descritiva. Chegou-se à conclusão de que o conflito armado de junho de 1998 constitui o maior obstáculo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, pois criou-se instabilidade política, econômica e social, afetando negativamente as condições de vida das populações. Entretanto, para inverter essa situação é necessário um desenvolvimento sustentável baseado na definição de políticas públicas e estratégias que contemplem a participação da população nos assuntos da comunidade, através do uso sustentável dos recursos naturais e a gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas para o benefício das presentes e futuras gerações.

Palavras-chave: Desenvolvimento Rural Sustentável. Guiné-Bissau. Políticas Públicas.

INTRODUÇÃO

O presente artigo resulta de pesquisa vinculada ao Programa de Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco. Trata-se de estudo que tem sido gestado desde o ano de 2012, de modo a construir uma problemática qualificada acerca do contexto do desenvolvimento rural da Guiné-Bissau, a partir das dinâmicas locais relacionadas às suas políticas públicas e às relações do colonialismo e pós-colonialismo no país. Nesse sentido, o estudo busca estabelecer diálogos relevantes que propiciem a interpretação do problema de pesquisa, considerando a

¹ Mestrando em Desenvolvimento Regional – PPGDR, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Câmpus Pato Branco. mamadiindjai@yahoo.com.br.

² Doutora em Meio Ambiental e Desenvolvimento. Docente do Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional, da UTFPR, Câmpus Pato Branco. pagliosa@utfpr.edu.br.

³ Mestre em Tecnologia. Docente do Curso de Administração da UTFPR, Câmpus Pato Branco. gpezarico@utfpr.edu.br.



trajetória pessoal e singular vivenciada pelo pesquisador que a conduz, a apropriação conceitual experienciada durante as disciplinas, a participação em eventos e o convívio com demais pesquisadores, bem como as reflexões realizadas acerca do tema de estudo. É a partir desse cenário que a proposta de estudo pode ser delineada, principalmente no que refere aos fatores que delimitam o desenvolvimento da Guiné-Bissau, apresentando-se a problemática de pesquisa na qual se insere o presente projeto.

Para tanto, torna-se importante passar algumas informações preliminares sobre o país em estudo. A Guiné-Bissau situa-se na costa ocidental da África, o território é majoritariamente plano com pequenas elevações na savana, no leste. Quanto à população, os principais dados apontam para uma estimativa de 1,6 milhão de habitantes, com 51,6% de mulheres e 48,4% de homens. Quanto à expectativa de vida, a média é de 45,4 anos. O país está no lugar 175º em 177º no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH, de acordo com classificação das Nações Unidas. A capital do país é Bissau e a língua oficial é o português. No entanto, outras línguas locais são faladas, especialmente o crioulo. A moeda oficial é o Franco-CFA. Quanto às religiões praticadas, destacam-se as crenças locais, a muçulmana, a católica e as pentecostais (INEC, 2000).

A economia da Guiné-Bissau é baseada fundamentalmente na produção agrícola, que constitui 60% do seu PIB e 90% das exportações. Quase 80% da população vive nas zonas rurais, tendo na agricultura a principal fonte de ocupação. Além da castanha de caju, que representa a principal fonte de rendimento familiar, a produção agrícola ainda inclui o arroz e outros cereais, frutas, pesca, criação de gado e os produtos florestais. A economia, em sua dinâmica, é predominantemente informal. Em 2006, a taxa de desemprego entre a população de mais de 15 anos de idade foi estimada em 12,4% em todo o território nacional (INEC, 2000). A educação é um setor nevrálgico na problemática da pobreza na Guiné-Bissau, caracterizado por restrições nas condições tanto de qualificação e formação docente quanto de recursos materiais e financeiros disponíveis. A taxa de analfabetismo dos adultos era estimada em 63,4% em 2000. O analfabetismo feminino é ainda superior, cerca de 76,2%, enquanto que o masculino alcança índices de 47,4% (INEC–ILAP, 2000).

Diante de tal cenário, evidencia-se a complexidade existente no que diz respeito ao pensar e ao ressignificar as políticas de desenvolvimento capazes de



fazer frente a esse quadro. Embora existam programas específicos com tais fins, elaborados pelo governo central, como o documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza (DENARP), definido em 2001, que prevê uma taxa de crescimento do PIB de 8 a 9% ao ano, não se tem obtido êxito, devido à instabilidade política e social que se vive no país desde 1998. Assim, considera-se que a inexistência de políticas de desenvolvimento sistemáticas e contínuas tem sido, como premissa, uma opção dos governos até então estabelecidos, o que implica dizer que há contraditoriamente, uma política vigente que dialoga com o contexto global do modo de produção capitalista.

Diante do contexto apresentado, a questão central que se busca pesquisar é: quais são os limites e as possibilidades das políticas públicas para o desenvolvimento rural da Guiné-Bissau e quais seriam as estratégias mais adequadas para esse país? O problema de pesquisa evidenciado acima está inserido nas problemáticas globais vivenciadas a partir das dinâmicas inerentes ao capitalismo, tais como a divisão internacional do trabalho e a crise socioambiental. No entanto, as crises sociais e ambientais ligadas ao modelo de produção vigente trazem à tona o debate sobre a sustentabilidade social e ambiental.

Atualmente, com o fenômeno da globalização, a Guiné-Bissau tem despertado interesse de vários países europeus e asiáticos, que estão controlando quase toda economia do país, ocasionando o desmatamento desenfreado das florestas, por empresas madeireiras e carvoeiras; a pesca descontrolada, por pescadores europeus e asiáticos, que pagam licença para pescar nas águas do país e que, muitas vezes, utilizam malhas de redes que não são permitidas, além da pesca ilegal nas zonas econômicas, que estão dentro das 12 milhas das zonas contíguas, lugar onde os peixes se reproduzem; os cortes de mangues⁴ pelos “Nhomincas”⁵ para fazer fumaça do pescado, além dos “Balantas”⁶ que aproveitam os mangues para o uso da lenha na cozinha (INEC, 2000). Ante o exposto, pretende-se estudar e identificar novas alternativas para o desenvolvimento, com utilização mais equilibrada dos recursos naturais do país, na perspectiva da

⁴ Os mangues têm muita importância para os peixes, moluscos e crustáceos para reprodução, é um berçário criadouro e abrigo para várias espécies de fauna aquática e terrestre, de valor ecológico e econômico.

⁵ Pescadores senegaleses.

⁶ Nome de uma etnia na Guiné-Bissau.



sustentabilidade no contexto rural. Sendo assim, o artigo apresenta os principais referenciais teóricos e caminho metodológico para realização do estudo.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

Diante dos objetivos pretendidos para este estudo, elaborou-se um referencial teórico envolvendo temas em diálogo com a sua proposta, subsidiando a condução da pesquisa em termos de seu recorte metodológico, e construindo, qualificativamente, as análises pretendidas diante da complexidade dos elementos envolvidos. Assim, para a construção do presente artigo, emergem como temas mais abrangentes a serem contemplados no referencial teórico os seguintes: as concepções em torno do desenvolvimento rural sustentável; as concepções acerca das políticas públicas e as dinâmicas do desenvolvimento na Guiné-Bissau a partir dos diálogos com os processos colonialistas e pós-colonialistas experienciados pelo país.

1.1 Desenvolvimento rural sustentável: o local e o territorial

Propor discussões a cerca do desenvolvimento sustentável implica inicialmente em uma aproximação do conceito de desenvolvimento e, principalmente, da necessidade de diferenciação entre crescimento econômico e desenvolvimento. Isso porque há correntes teóricas divergentes para tal perspectiva. Para Souza (2012), a divisão dessas correntes é caracterizada da seguinte maneira: a primeira, de economistas, de inspiração mais teórica, considera crescimento econômico sinônimo de desenvolvimento, ou seja, para essa corrente, um país é subdesenvolvido porque *cresce menos* do que os desenvolvidos, embora apresente recursos ociosos, como terra e mão de obra. Já a segunda corrente, voltada para a realidade empírica, entende que o crescimento econômico é condição indispensável para o desenvolvimento, mas não é condição suficiente⁷. Para esta corrente de pensamento torna-se necessário ressaltar que o desenvolvimento não pode ser

⁷ No primeiro grupo, enquadram-se os modelos de crescimento de tradição neoclássica, como os de Meade e Solow, e os de inspiração mais Keynesiana, como os de Harrod, Domar e Kaldor. Na segunda corrente, economistas como Lewis (1969), Hirschman (1974), Myrdal (1968) e Nurkse (1957), [...].



confundido com crescimento, uma vez que os resultados dessa expansão nem sempre chegam a beneficiar a economia como um todo e o conjunto da população.

Assim, ao realizar aproximações acerca dos conceitos de desenvolvimento, é possível avançar em termos de construção teórica a partir dos enunciados de Furtado (2000), que trata de tal elaboração, tendo como base o processo de desenvolvimento, sob o enfoque histórico. Para o autor, com a extensão do processo de industrialização dos principais países da Europa, na segunda metade do século XIX, o desenvolvimento passou a ser considerado como parte da ordem natural das coisas.

A Carta das Nações Unidas, de 1945, divulgada na Conferência de São Francisco, tornou-se o documento de maior importância dessa época, no que se refere a questões de desenvolvimento. Sendo

[...] a criação oficial da Organização das Nações Unidas (ONU), composta inicialmente por 51 países, cuja finalidade primava pela manutenção e melhoramento dos níveis de qualidade de vida, ou seja, tinha como propósito contribuir para a elevação dos níveis de desenvolvimento em todos os sentidos do termo. Desde sua criação, a ONU está empenhada em: promover o crescimento e melhorar a qualidade de vida dentro de uma liberdade maior; utilizar as instituições internacionais para promoção do avanço econômico e social; conseguir cooperação internacional necessária para resolver os problemas internacionais de ordem econômica, social, cultural ou de caráter humanitário; e promover e estimular o respeito aos direitos humanos e as liberdades fundamentais de toda a população do globo, sem distinção de raça, credo, sexo, idioma ou cor. (OLIVEIRA, 2002 p. 39).

Desta maneira, considera-se que o desenvolvimento deve ser encarado como um processo complexo de mudanças e transformações de ordem econômica, política e, principalmente, humana e social.

A partir dos apontamentos citados acima, propõe-se a seguir uma reflexão que parte das concepções em torno do desenvolvimento sustentável num contexto voltado para as transformações do mundo rural nas sociedades atuais, considerando neste momento, mais especificamente, a relação econômica entre o mundo rural e o mundo urbano. Isso porque, é necessário considerar que as discussões, no que tange ao desenvolvimento rural e as fronteiras com os espaços urbanos, se estabelecem para além da questão econômica, ou seja, para elementos simbólicos da cultura e da interação. Para Kayser (1990), o “rural” é um modo particular de



utilização do espaço e de vida social, o que conduz a interpretação de Wanderley de que:

Seu estudo supõe, portanto, a compreensão dos contornos, das especificidades e das representações deste espaço rural, entendido, ao mesmo tempo, como espaço físico (referência à ocupação do território e aos seus símbolos), lugar onde se vive (particularidades do modo de vida e referência identitária) e lugar de onde se vê e se vive o mundo (a cidadania do homem rural e sua inserção nas esferas mais amplas da sociedade). (WANDERLEY, 2000, p. 1).

Os autores Mathieu e Jollivet (1989), citados por Wanderley (2000), dizem que ao se destacar o termo “rural”, o direcionamento do pensamento leva para duas características essenciais: a primeira é a relação dos sujeitos do campo com a natureza e sua forma de organizar o trabalho cotidiano. A outra trata das representações do espaço natural e do espaço construído, uma vez que a “natureza rural”, precisamente porque é rural, é “objeto de múltiplas atividades e usos humanos. Por outro lado, Wanderley diz que Mendras (1976) definiu “essas relações sociais, diferenciadas, como ‘relações de interconhecimento’, resultantes da dimensão e da complexidade restritas das ‘coletividades’ rurais” (WANDERLEY, 2000). Dessas relações derivam práticas e vivências a respeito do espaço, do tempo, do trabalho e da família, de modo a combinar, empregar e desenvolver os recursos agrícolas, tanto sociais como materiais, de forma coerente e autossustentável. (PLOEG, 2011).

As concepções aqui apresentadas partem da premissa de que o recorte rural-urbano, em suas novas e modernas formas, permanece como um recorte pertinente para analisar as diferenças espaciais e sociais das sociedades modernas, apontando não para o fim do mundo rural, mas para o nascimento de uma nova ruralidade.

De uma maneira ou de outra, uma sociedade nova está nascendo de nossa civilização técnica. Fim dos camponeses (tradicionais), sim, certamente; mas não a morte do campo e a generalização dos subúrbios. O desaparecimento do fosso cavado entre citadinos e rurais pode e deve comportar soluções que respeitem certos traços do meio natural e humano de cada região; ela desemboca em uma nova arte de viver. (JUILLARD, 1973 *apud* WANDERLEY, 2000, p. 90).

Kageyama (2008) diz que o conceito de rural muda historicamente conforme mudam suas funções e representações, bem como os modelos de organização econômica e social do campo. Corroborando com esta ideia, para Wanderley (2000), não existe um “rural padrão” a-histórico, imutável e generalizável, mas sim “rurais”



frutos de processos históricos diferenciados. Assim, para melhor entendimento do conceito do rural, é imprescindível conhecer e refletir a sua evolução, de um espaço essencialmente agrícola para uma organização econômica e socialmente diversificada.

Lamarche *apud* Mendras (1959) afirma que as sociedades rurais tradicionais apresentam cinco características: a) a autonomia face à sociedade global; b) a importância estrutural dos grupos domésticos; c) um sistema econômico de autarquia relativa; d) uma sociedade de interconhecimento; e por fim e) a presença de mediadores entre a sociedade local e a sociedade global.

Nessa ordem de ideia, na compreensão do rural, autores como Abramovay (2000), Wanderley (2001a, b, c) e Alentejano (1998), em suas análises, dão ênfase às relações que se estabelecem com a terra como ponto principal na delimitação do rural, o que permite uma maior compreensão de tal contexto, uma vez que, por tradição, a agricultura era a base do espaço rural, e os agricultores sempre foram percebidos como o esteio econômico, social e cultural do meio rural.

Foi nesse contexto, entre o século XII e o século XIII, que Duby apresenta a ideia de que o processo de urbanização muda de “intensidade e de forma”: aumentam os investimentos sobre o meio rural, afetando intensamente o sistema de produção e de comercialização, e as cidades começam a exercer um domínio financeiro, administrativo e cultural sobre o campo. Nessa época intensifica-se o êxodo rural. Dessa maneira, historicamente, os elementos definidores do espaço rural foram se modificando, adquirindo novas características: a agricultura se moderniza; a população rural passa a obter renda nos arredores das cidades fazendo com que a grande propriedade já não domine todas as transações produtivas e comerciais; a indústria passa a interagir nos espaços rurais e reduzem-se as diferenças culturais entre o campo e a cidade (DUBY *apud* WANDERLEY, 2000).

A partir de tal contexto, é possível estabelecer conexões com a perspectiva conceitual acerca do desenvolvimento rural. Para Ellis, trata-se de uma temática complexa em termos de definições, todavia, o autor aponta para um delineamento sobre um conjunto de ações e práticas que apontam para a redução da pobreza no meio rural, visando ao desenvolvimento de uma participação que empodera



(*empowerment*) permitindo aos seus atores decidir e controlar suas prioridades (SCHNEIDER, 2004).

Seguindo com a perspectiva de Schneider (2004), os múltiplos níveis da nova abordagem do desenvolvimento rural embasam-se em seis mudanças gerais, que estão relacionadas aos limites e problemas decorrentes do modelo agrícola produtivista que estaria em fase de superação: o crescente inter-relacionamento da agricultura com a sociedade; uma necessidade urgente em definir um novo modelo agrícola que seja capaz de valorizar as sinergias e a coesão no meio rural; um desenvolvimento rural capaz de redefinir as relações entre indivíduos, famílias e suas identidades; um modelo que redefina o sentido da comunidade rural e as relações entre os atores locais; um desenvolvimento rural que leve em conta a necessidade de novas ações de políticas públicas e o papel das instituições; e por fim, que leve em consideração as múltiplas facetas ambientais.

O autor aponta dois autores brasileiros na tentativa de definir o desenvolvimento rural. O primeiro autor refere-se a José Eli da Veiga, que aponta como elementos fundamentais do processo de desenvolvimento rural a valorização e o fortalecimento da agricultura familiar, a diversificação das economias dos territórios, o estímulo ao empreendedorismo local e o apoio estatal para formação de arranjos institucionais locais (VEIGA et al. 2001, apud SCHNEIDER, 2004).

Schneider ainda aponta Navarro (2002;2001;1999) como uma segunda definição para o desenvolvimento rural, este por sua vez, afirma que a noção de desenvolvimento rural restringe-se ao seu uso prático e normativo, com a finalidade de caracterizar estratégias e ações do Estado que visam alterar e/ou melhorar as condições de vida no meio rural.

Neste sentido, o desenvolvimento rural é concebido como um processo resultante de ações articuladas que objetivam mudanças socioeconômicas e ambientais no espaço rural visando à melhoria da renda, da qualidade de vida e do bem-estar das populações rurais.



1.2 Políticas públicas para desenvolvimento: conceitos e suas articulações na perspectiva da sustentabilidade

Os temas expostos até o presente momento trazem à tona a pertinência da discussão sobre as políticas públicas e seus instrumentos para o desenvolvimento de uma nação. Nesse sentido, não há como aprofundar análises qualificadas acerca do desenvolvimento como dinâmica complexa senão de modo a incorporar ao debate as políticas. Para Teixeira (2002) “Políticas públicas” são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. Ele ainda adianta que essas políticas são explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos (TEIXEIRA, 2002).

As definições e concepções a respeito do que seja política pública são, no entanto, polissêmicas. Nesse sentido, pode-se citar Mead (1995) que define política pública como um campo dentro do estudo da política que pondera sobre as ações do governo em relação às grandes questões públicas. Já Lynn (1980) define como um conjunto de ações do governo que irão produzir efeitos específicos, enquanto Peters (1986), seguindo com a mesma linha teórica, sugere que política pública é o conjunto das atividades dos governos em relação à vida dos cidadãos. E Dye (1984) sintetiza a definição de política pública como “o que o governo escolhe fazer ou não fazer”. (SOUZA, 2006).

Contudo, para que as políticas sejam formas de atuação do Estado para garantir o desenvolvimento de uma nação, é necessário estabelecer estratégias na suas elaborações e implementações para que promovam o benefício da população. Nessa ordem de ideias, Teixeira (2002) afirma que elaborar uma política pública significa definir quem decide o quê, quando, com que consequências e para quem. Nesse sentido, cabe distinguir “políticas públicas” de “políticas governamentais”. Nem sempre “políticas governamentais” são públicas, embora sejam estatais. Para serem “públicas”, é preciso considerar a quem se destinam os resultados ou benefícios, e se o seu processo de elaboração é submetido ao debate público.

Como evidencia Teixeira (2002), tal participação pode ser acompanhada a partir dos seguintes elementos: a existência de elaboração e formulação de



diagnósticos participativos que envolvam os principais atores envolvidos, identificação de experiências bem-sucedidas, debate público e mobilização social, decisões e definições em torno de alternativas, competências das diversas esferas públicas envolvidas, detalhamento de modelos e projetos, diretrizes e estratégias, identificação das fontes de recursos, publicização durante a execução e acompanhamento do processo em suas avaliações e resultados.

Elementos como estes tornam-se preponderantes para a análise de políticas públicas, tendo em vista que no contexto contemporâneo suas elaborações têm sido marcadas pelas complexidades dos componentes de seus conteúdos. O autor enfatiza que a estruturação das políticas públicas atuais possuem demandas claras, de modo a contemplar: a sustentabilidade, democratização, eficácia, transparência, participação e qualidade de vida.

1.3 Colonialismo e pós-colonialismo: o caso da Guiné-Bissau

Sendo a república da Guiné-Bissau localizada no continente africano, é pertinente, num primeiro momento, contextualizar a África através do instrumental teórico-conceitual oferecido pela Sociologia. De acordo com Mamadú Djaló (2009), em se tratando da África, é importante situá-la em três fases: África pré-colonial, África colonial e África pós-colonial. Para ele, a África pré-colonial foi marcada por uma historiografia colonialista expressa por um tempo a-histórico ou de pouca temporalidade métrica. Para Odete Semedo um dos marcos importantes que se registraram, nessa época, é a história dos Mansas malinkés ao sul do Saara, na sua maioria originários dos grandes impérios africanos, sobretudo o Império do Mali (SEMEDO, 2010). Para a autora, na concepção hegeliana, o continente africano não é um continente histórico porque não demonstra nem mudança nem desenvolvimento. Essa teoria, de acordo com a autora:

[...]é contestada e repudiada por meio de publicações de estudos, de obras de reconhecida cientificidade; a historiografia africana vai também lançar mão de informações veiculadas pela tradição oral, as epopeias que narram as guerras étnicas e suas consequências, as lendas e o mitos sobre a vida dos povos, os grandes impérios, suas ascensões e declínios. Assim, a tradição oral, que se revela uma importante fonte histórica, vai encarregar-se da perpetuação do ocorrido séculos antes da presença europeia no continente africano; sem, contudo, menosprezar as fontes árabes arqueológicas e outras de suma importância. É, ainda a tradição oral que



testemunha sobre um Kaabú⁸ que não era um Estado centralizador e forte, mas sim uma família de estados”. (SEMEDO, 2010, p. 20).

O período da África colonial passa a ser concebido a partir da entrada dos europeus no litoral do continente no início do século XVI, quando, segundo alguns historiadores coloniais, inicia-se a história do continente africano. Entretanto, já antes, os portugueses, na costa ocidental do continente, exploravam os recursos naturais e as populações da África (DJALÓ, 2009). Atualmente, a África é um continente que possui aproximadamente 30% de reservas minerais mundiais, dos quais 12% são de petróleo, 40% de ouro, de 80 a 90% de cromo e metais do grupo da platina, 60% das terras aráveis e vastos recursos madeireiros, sendo o terceiro maior e mais populoso continente do mundo (LOPES, 2013).

Carlos Cardoso e Rui Ribeiro (1987) *apud* Soronda (1987) explicam que a história da presença dos portugueses na África e particularmente na Guiné-Bissau pode ser dividida em três períodos distintos: o primeiro, que vai do Sec. XV até por volta de 1850, caracterizou-se pela presença de negociantes portugueses, que tinham como objetivo principal, a realização de comércio (SORONDA, 1987).

O segundo período vai de 1850 até cerca de 1900-1915 e caracteriza-se por um certo equilíbrio de poder entre as duas forças em presença: a eurocolonial (especialmente portuguesa) de um lado, e a étnico-africana por outro. Este período foi marcado pelo paulatino aumento do poder defensivo e ofensivo dos portugueses, que terminou com as chamadas campanhas de pacificação, campanhas estas que constituíram-se a partir da presença colonial portuguesa na Guiné-Bissau, implicando na geração de conflitos e tensões, sobretudo pelo grau de violência de que se revestiu o momento de penetração na costa, as guerras de resistência ou pacificação, que levaram destruição a quase todas as autoridades tribais que existiam na época (SEMEDO, 2010).

O terceiro e último período da presença colonial portuguesa na Guiné iniciou-se por volta de 1920, logo após as Guerras da Campanha⁹, terminadas oficialmente, em 1974, com a queda do fascismo em Portugal e o reconhecimento, por parte

⁸ É um reino mandinga que se transformou num império que administrou o país antes da chegada dos portugueses.

⁹ As Guerras da Campanha possuíam como principal objetivo unir toda população da então Guiné para melhor reinar.



deste país, da independência política da Guiné, proclamada unilateralmente em 1973, nas zonas libertadas pelo PAIGC¹⁰. (LOPES *et al.*,1987).

Importa considerar as decorrências do sistema colonial para as dinâmicas de dominação e resistência vivenciada neste contexto, principalmente no que diz respeito à lógica de produção das comunidades agrárias. Cardoso e Ribeiro (1987) evidenciam que o modelo de produção agrária vivenciada pela Guiné foi resultante de diversas articulações entre o modo de produção colonial e pré-colonial. Neste aspecto, é importante destacar que, em termos históricos, a produção agrária caracterizava-se principalmente pela propriedade coletiva da terra, pertencente a toda a comunidade, a exploração da terra pela família e a subsistência como objetivo fundamental da produção. Contudo, com a implantação do sistema colonial, que ocorreu entre 1915 e 1920, e que impôs o poder da coroa portuguesa sobre as sociedades rurais da Guiné, viu-se a desagregação tanto das estruturas socioeconômicas quanto das estruturas políticas de tais sociedades.

É importante ressaltar que o sistema colonial apropriou-se do sistema encontrado, de modo a prontamente iniciar um processo de exploração da matéria-prima que lhe interessava para exportação. Essa lógica de produção provocou mudanças importantes também para a questão ambiental, representada principalmente pela intensificação da produção/exploração, a redução dos tempos de pousio e o aumento das queimadas. Assim, o que se verifica do processo de colonização vivenciado pela Guiné-Bissau é a caracterização do fenômeno de que o “imperialismo colonial” apresenta como traços fundamentais o expansionismo, a burocracia colonial e o racismo.

A ocupação colonial portuguesa, intensamente contestada durante vários períodos da sua instalação na Guiné-Bissau, culminou numa luta armada iniciada em 1960 e durou onze anos, sendo conduzida pelo Partido Africano da Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC) – liderado por Amílcar Cabral. Para Semedo, uma das causas dessa luta é que a Guiné-Bissau, então Guiné Portuguesa não constituía para os portugueses uma colônia de assentamento, mas sim era considerada um lugar de coleta de produtos para a comercialização e porto de embarque de indivíduos escravizados. Atividades essas que tiveram muitas vezes resistências dos nativos (SEMEDO, 2010).

¹⁰ Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde.



Importa salientar também que, com o fim da Segunda Guerra Mundial, foi aprovada em 14 de dezembro de 1960 a Declaração sobre a Concessão da Independência aos Países Colonizados, pela ONU. Essa concessão refletiu, pelo menos em termos formais e retóricos, a independência aos povos da África, pois o domínio estrangeiro no continente significava a negação dos direitos fundamentais do homem (BOBBIO *apud* TEIXEIRA, 2008). A partir de então, conforme Odete Semedo (2010), a situação da colonização torna-se insustentável, para todos os países colonizados que, aos poucos, vão dando origem aos movimentos libertários que começaram a surgir por meio de articulações dos movimentos sociais, dos camponeses que estavam sendo explorados e escravizados, dos trabalhadores que viviam com salários miseráveis e dos poucos estudantes que a essa altura também agrupavam-se em associações estudantis.

Esses movimentos não só exigiam sua identidade coletiva como também a independência dos países sob custódia dos imperialistas coloniais, que colonizavam a maioria do povo da África. A autora afirmou ainda que era prática comum alguns filhos de africanos serem enviados à metrópole para continuarem os estudos secundários e superiores, uns beneficiando-se de bolsas de estudos do governo do ultramar, outros por conta dos pais. Já os estudantes guineenses não podiam contar com esses benefícios, dado que só em 1958 é instalado em Bissau o primeiro liceu: o Liceu Nacional Honório Pereira Barreto.

Em setembro de 1956, Amílcar Cabral, acompanhado de cinco companheiros, fundou o Partido Africano para Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC). Esse ato marcou o começo da nova situação histórica na vida do povo da Guiné e Cabo Verde. Com a criação do PAIGC, aparece pela primeira vez na história do povo africano uma organização de luta que une o povo de Guiné e o povo de Cabo Verde, tendo como objetivos a liquidação da dominação colonial portuguesa; a criação de bases indispensáveis para a construção de uma vida nova para os dois países e a edificação da paz e do bem-estar das populações destes dois povos.

No que se refere ao fim do império colonial, o país começou uma nova fase que podemos denominar como pós-colonialismo, definido por Santos (2004) como um conjunto de correntes teóricas e analíticas com forte implantação nos estudos culturais, hoje mais presentes em todas as ciências sociais, que têm em comum



darem primazia teórica e política às relações desiguais entre o Norte e o Sul na explicação ou na compreensão do mundo contemporâneo.

Na Guiné-Bissau, principalmente na esfera política, o tempo que decorreu desde a independência até a atualidade divide-se em dois períodos: a) o primeiro abrangeu o Regime de Partido Único, desde a Independência/reconhecimento ocorrida entre 1973/74, até meados de 1994; b) o segundo abrangeu o Regime do Multipartidarismo, que decorre desde meados de 1994 até o ano corrente. Com o reconhecimento da independência política de Guiné-Bissau em 10 de setembro de 1974, por Portugal, o país cumpriu o programa mínimo, que era considerado por Cabral independência política, e restava o programa maior, que era a concretização do desenvolvimento efetivo para benefício das populações.

A partir de então o país recebeu de outros países investimento para o seu desenvolvimento, porém, estes investimentos não foram aplicados de acordo com as necessidades da população. Handen diz que o erro incidia na questão de que os investimentos foram concentrados no desenvolvimento da indústria, setor que, na visão da autora, não era pertinente naquela época, pois era pouco importante do ponto de vista de produção e da oferta de emprego. Também pelo fato de a utilização dos fatores de produção serem rudimentares, pouco adaptados ao desenvolvimento de uma indústria moderna e rentável. A autora concluiu que o resultado do investimento nesse setor absorveu a maior parte dos investimentos, que pôde ser tomado como responsável pelo aumento da dívida externa que o país tem até hoje. Segundo o documento de discussão do Ministério do Plano da Guiné-Bissau, foram gastos milhões em barcos, caminhões modernos e carros para evacuar os produtos, mas poucas enxadas chegavam às mãos do agricultor para melhorar a sua capacidade de produção (SORONDA 1987).

Neste contexto, em 1983 iniciam-se reformas econômicas com vista ao desengajamento do Estado nos setores produtivos, ao desenvolvimento do setor privado e à redução dos desequilíbrios internos e externos. Essas reformas eram sugeridas pelo Banco Mundial e pelo Fundo Monetário Internacional, no quadro do Programa de Ajustamento Estrutural, que conduziu à liberalização do comércio (SEMEDO, 2010).

Na sequência de uma tímida liberalização econômica, o país conheceu a abertura política: o pluralismo partidário, implantado a partir de 1991, que culminou



com a realização das primeiras eleições livres e democratas no país, em agosto de 1994 (AUGEL, 2007). Nino Vieira foi eleito Presidente da República com 52% dos votos. A situação socioeconômica, embora tenha melhorado no primeiro ano de governo, começou a deteriorar-se em 1997, quando os profissionais da educação, da saúde e do funcionalismo público protestaram contra o desaparecimento dos fundos da ajuda internacional ao desenvolvimento do país (ANP, 2013).

No mesmo ano o país aderiu à integração na União Econômica e Monetária da África Ocidental (UEMOA) e passou a consumir a moeda¹¹ Franco, da Comunidade Financeira da África, conhecida como Franco-CFA. Depois dessa integração, o país conseguiu uma estabilidade da moeda, que trouxe alguma esperança para o povo da Guiné (AUGEL, 2007). Apesar dessa aparente melhoria, o país vem enfrentando até os dias atuais grandes instabilidades econômicas e políticas que agravaram-se com o conflito armado acontecido entre junho de 1988 a maio de 1999 (TEIXEIRA, 2008).

Desde então, o clima político tornou-se inseguro e problemático, com constantes mudanças, a uma velocidade cada vez maior, nos contextos político, social, cultural e, principalmente, econômico, desestabilizando o aparato institucional e os instrumentos que norteavam o processo de atuação das políticas de promoção do desenvolvimento da Guiné-Bissau.

2 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Diante dos objetivos propostos para o estudo, tornou-se necessário estabelecer procedimentos metodológicos que alinhem as perspectivas teóricas assumidas, bem como a compreensão da trajetória do pesquisador em relação ao trabalho. Nesse sentido, o presente estudo visa interpretar o desenvolvimento em suas várias dimensões, através do levantamento e análise sobre as atuais políticas públicas para o desenvolvimento rural sustentável na Guiné-Bissau. A construção da problemática de pesquisa está associada à trajetória de quem a desenvolve e da apropriação do método científico que propicie uma interpretação qualificada do que se pretende investigar. Nesta trajetória, surgem como elemento importante os

¹¹ Países que fazem parte da zona UEMOA, são: Burkina Faso Costa de Marfim, Guiné-Bissau, Senegal, Mali, Níger, Senegal e Togo.



diálogos estabelecidos no Programa de Pós-Graduação, Mestrado em Desenvolvimento Regional, da Universidade Tecnológica Federal do Paraná – UTFPR, Câmpus Pato Branco. Tal vinculação ocorre justamente pela necessidade de se adquirir método em pesquisa que possa contribuir para melhor elucidação do problema apresentado. A princípio, a proposta é de uma pesquisa do tipo exploratória e descritiva.

De acordo com (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007), a pesquisa exploratória é normalmente o passo inicial no processo de pesquisa pela experiência e um auxílio que traz a formulação de hipóteses para posteriores pesquisas. A pesquisa exploratória realiza descrições precisas da situação e requer descobrir as relações existentes entre seus elementos componentes. Esse tipo de pesquisa requer planejamento bastante flexível para possibilitar a consideração dos mais diversos aspectos de um problema ou de uma situação.

A pesquisa descritiva procura descobrir com maior precisão possível a frequência com que um fenômeno ocorre, sua relação e conexão com outros, sua natureza e suas características. Busca conhecer as diversas situações e relações que ocorrem na vida social, política, econômica e demais aspectos do comportamento humano, tanto do indivíduo tomado isoladamente como de grupos e comunidades mais complexas (CERVO; BERVIAN; SILVA, 2007, p. 61).

Ainda contribuem o levantamento bibliográfico, por meio de estudos de obras literárias e a consulta dos sites ligados ao assunto. Conforme Fachin (2003, p. 126), o levantamento bibliográfico com a consulta de livros e periódicos serve como meio de atualização.

Como a presente pesquisa está ainda em andamento, a coleta de dados será realizada *in loco*, em instituições públicas e privadas da Guiné-Bissau (a serem selecionadas), vinculadas ao desenvolvimento do país. Serão também realizadas entrevistas e/ou questionários com membros dessas instituições no intuito de se investigar quais são as políticas públicas de desenvolvimento para o país, bem como a abrangência destas em termos populacionais. Os dados serão analisados sob duas abordagens: quantitativa e qualitativa.



CONSIDERAÇÕES

O presente estudo apresenta-se numa análise histórica da conjuntura econômica, social e política da Guiné-Bissau, com vistas à aplicabilidade de políticas públicas no contexto atual do desenvolvimento rural sustentável, de forma a explicitar quais as estratégias possíveis e ações efetivas para o alcance deste propósito.

O debate que o presente artigo suscita, remonta à construção de novos conceitos sobre o tema de forma a compreender as interferências do conflito armado de 1998 nos fatores econômicos, sociais e políticos de todo o país, principalmente no que concerne à estruturação de novas políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável, que contemplem a participação da população no planejamento, execução e nas decisões dos assuntos públicos.

Assim, este estudo conclui que o conflito armado de junho de 1998 constituiu-se o maior obstáculo para o desenvolvimento da Guiné-Bissau, pois criou instabilidade política, econômica e social, afetando negativamente as condições de vida das populações. Outrossim, pela trajetória desta pesquisa verifica-se que a melhor estratégia para inverter a situação da Guiné-Bissau rumo ao desenvolvimento rural sustentável, é oportunizar a participação popular nos assuntos da comunidade, efetivando desta maneira um desenvolvimento endógeno local, o uso racional dos recursos naturais e a gestão dos recursos hídricos e dos ecossistemas, resultando na consequente melhoria das condições de vida da população.

REFERÊNCIAS

AUGEL, M. P. **1939 – O desafio do escombro**: nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau / Moema Parente Augel. – Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CARDOSO e RIBEIRO. Considerações sobre as estruturas socioeconômicas das sociedades agrárias e sua evolução histórica: **um estudo de caso da Guiné-Bissau pós-colonial**. *In*: Soronda, revista semestral do INEP. 1993, p. 7-10.

CERVO, A. L.; BERVIAN, P. A.; DA SILVA, R. **Metodologia científica**. 6. ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2007.



DJALÓ, M. **Interferência do Banco Mundial na Guiné-Bissau: A dimensão da educação básica – 1980-2005: uma pesquisa documental sobre a Guiné-Bissau no período de 1980 a 2005.** (Tese UFSC 2009).

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia.** 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2003.

FURTADO, C. **Teoria e Política do desenvolvimento econômico.** São Paulo: Paz e Terra, 2000.

KAGEYAMA, A. **Desenvolvimento rural: CONCEITO E MEDIDA.** Cadernos de Ciência & Tecnologia, Brasília, v. 21, n. 3, p. 379-408, set./dez. 2004.

KAYSER, B. **Le villager composé.** In: Programme Observation Du Changement Social. L'esprit des lieux. Paris: CNRS, 1986, p. 41-67.

LOPES, C. L. Disponível em: <<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/africa-tera-maior-disponibilidade-de-mao-de-obra-do-mundo-em-2040.com>>. Edição: Talita Cavalcante. Acesso em: abr. 2013.

MENDRAS, H. **Sociologie de la campagne française.** Paris: PUF, 1959. (Que sais-je?).

MULLER, M. **Les politiques publiques.** 5. ed. Paris: 2004, PUF.

OLIVEIRA, G. B. de. **Rev. FAE,** Curitiba, v. 5, n. 2, p.3 7-48, mai./ago. 2002.

PLOEG, J. D. van der. **Trajetórias do desenvolvimento rural: pesquisa comparativa internacional.** Sociologias, Porto Alegre, ano 13, n. 27, mai./ago. 2011, p. 114-140.

REPÚBLICA DA GUINÉ-BISSAU. **Assembléia Nacional Popular: Constituição da República da Guiné-Bissau,** 1996, p. 22.

_____. **Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza – DENARP II,** 2011, p. 12 e 79.

_____. **Assembléia Nacional Popular: História da Guiné-Bissau,** 2013, p. 1. Disponível em: <www.anp.org>. Acesso em: 15 de abril 2013.

_____. **Guiné-Bissau em números. Instituto Nacional de Estatística e Censo – INEC,** Bissau, 2005.

_____. **Inquérito Ligeiro para a Avaliação da Pobreza – ILAP. In: Instituto Nacional de Estatística e Censo – INEC,** Bissau, 2000.

SANTOS, B. V. de S. **Conferência de Abertura do VIII Congresso Luso-Afro-Brasileiro de Ciências Sociais,** realizado em Coimbra, de 16 a 18 de setembro de 2004.



SCHNEIDER, S. A abordagem territorial do desenvolvimento rural e suas articulações externas. **Revista Sociologias**, n. 11, Porto Alegre jan./jun. 2004.

SEMEDO, M. O. da C. S. **As Mandjuandadi**: cantigas de mulher na Guiné-Bissau: da tradição oral à literatura. Belo Horizonte 2010.

SORONDA, H., D. L. A Guiné-Bissau: adaptar-se à crise. **Soronda**: revista de estudos guineenses, n. 3, jan. 1987, p. 77-100.

SOUZA, N. de J. **Desenvolvimento econômico**. 6. ed. – São Paulo: Atlas, 2012.

TEIXEIRA, D. **Sociedade Civil e Democratização na Guiné-Bissau**: 1940 a 2006. (Dissertação UPE, 2008).

TEIXEIRA, E. C. Políticas públicas: O papel das políticas públicas. **Revista AATR-BA**, 2002.

WANDERLEY, M. de N. B. **A emergência de uma nova ruralidade nas sociedades modernas avançadas**: o “rural” como espaço singular e ator coletivo. *Estudos Sociedade e Agricultura*, 15, out. 2000, p. 87-145.

